

Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia. Um problema de identidade

Irisalva Moita*

Resumo

Neste artigo, a autora defende a ideia de que o programa inicial estabelecido pelo Dr. J. L. de Vasconcelos para a fundação do Museu Etnológico Português – actualmente Museu Nacional de Arqueologia – mantém toda a actualidade e deveria servir de orientação para qualquer futura reorganização da Instituição.

Résumé

Dans cet article l'auteur considère que l'idée initial de José Leite de Vasconcelos de faire un "Musée Ethnologique Portugais" reste encore actuelle, et elle devrait être, en plus, un point de repère dans une future réorganisation institutionnelle.

* Museóloga. Av. Elias Garcia, 176, 4.º esq., 1050 Lisboa.

Para as gerações mais novas ouvir pronunciar o prestigiado nome de Museu Etnológico Português já nada lhes deve dizer. A maior parte será levada a identificá-lo com o Museu Nacional de Etnologia que, tendo nascido Museu de Antropologia do Ultramar, alargou, entretanto, o seu âmbito, transformando-se no actual Museu de Etnologia com carácter universalizante, ainda que inclua, entre as suas colecções, uma significativa colecção de etnografia portuguesa.

Assim, a não ser alguns estudiosos mais velhos, já começam a ser raros os que teimam em não esquecer que, sob a redutora designação de Museu Nacional de Arqueologia, sobrevive o Museu Etnológico Português, fundado e organizado por José Leite de Vasconcelos em finais do século passado, tendo atingido com tal denominação grande reputação nacional e internacional. Por enquanto, e apesar das sucessivas ameaças, as colecções que fizeram parte da primeira versão do museu continuam à espera, no interior do Convento dos Jerónimos, ainda que encaixotadas em parte (a colecção arqueológica) ou na totalidade (as restantes colecções) envelhecendo sob a poeira dos tempos.

Por várias vezes, a colecção etnográfica tem estado à beira da transferência, tendo como primeira opção (já teve outras) o Museu Nacional de Etnologia. Até ao momento actual, quando tal decisão está prestes a concretizar-se, alguém de bom senso tem impedido que se torne irreversível o desmantelamento das colecções pertencentes ao museu na sua versão inicial. A figura de Leite de Vasconcelos é demasiado poderosa no contexto da cultura nacional para que se destrua, de ânimo leve, uma das suas obras mais amadas, se não a mais amada. O grande Mestre tinha bem a consciência da importância da obra que, com tanto saber, carinho e sacrifício, legara à Nação, a qual pretendia representar. Essa consciência transparece neste juízo promonitório: "Outros que vierem depois de mim, se forem bem intencionados e leais, e lhes assistir espírito de justiça e de verdade, escreverão, melhor do que eu, a História desenvolvida do museu e poderão introduzir nela um elemento que não está na minha alçada: o juízo crítico desta empresa" (Vasconcelos, 1915, p. 1).

Leite de Vasconcelos temeu os mal intencionados e desleais que sempre têm abundado neste pequeno país, mas não contou com os indiferentes, os oportunistas e – porque não? – os ignorantes, às vezes até bem intencionados. A consumir-se o desmantelamento do museu, seremos todos co-autores morais

da sua destruição. E, no entanto, é forçoso reconhecer que a culpa da indiferença do público perante a injusta situação a que chegou o Museu Etnológico Português cabe, em parte, ao próprio Autor da obra que se contentou com instalações inadequadas e nunca pôde – ou não soube – dar ao museu uma apresentação que traduzisse, em termos visuais, de forma explícita e imediata para o grande público, a compreensão do significado e coerência do plano e objectivos prosseguidos, aliás verdadeiramente inovadores para a época e que só se tornou possível devido à sua imensa e extensa cultura em vários ramos do saber.

Bastante mais cuidadoso foi em relação aos muitos e explicativos artigos que sobre o assunto escreveu e que reuniu na obra já atrás citada. Aí explícita com insistência e grande clareza o plano, coerência e significado do Museu, como se já previsse o que poderia tornar-se no seu pior inimigo: a incompreensão da obra planeada na sua versão material.

Não é forçosamente a quem inicia uma obra de tal envergadura que compete concluí-la. Quanto a nós, o estado de degradação e grande confusão a que chegou o museu recai principalmente sobre as várias direcções que se seguiram e que foram assistindo com indiferença à sua desvalorização continuada, a começar pelo director que se lhe seguiu, o professor Manuel Heleno, aliás discípulo do grande Mestre. Todos os directores que, sucessivamente, têm ocupado aquele cargo, devido à sua formação estritamente arqueológica – o que, à partida, não mereceria qualquer reparo desde que se tivessem rodeado de colaboradores versados nas várias áreas do saber que integram aquele museu – só àquela secção prestaram atenção, ao ponto de ter sido possível, a partir de certa altura, institucionalizá-lo sob a designação de Museu Nacional de Arqueologia, sem ter havido da parte dos etnólogos deste país qualquer reacção desaprovando. Os que têm estado ligados ao Museu Nacional de Etnologia (com excepção honrosa para o Dr. Ernesto Veiga de Oliveira) parecem aceitar passivamente, e talvez com agrado, engrossar a colecção de etnografia portuguesa à custa da valiosa – pela raridade e autenticidade – colecção etnográfica do museu que Leite de Vasconcelos ideou, organizou e realizou.

Mas, para melhor nos fazermos compreender e até para justificar este nosso desabafo de desânimo e também de revolta, torna-se oportuno voltar atrás, refazendo um pouco da história do Museu e insistir no plano e significado sobre o qual Leite de Vasconcelos tão inteligentemente o architectou.

O Museu Etnológico Português foi criado há um século por decreto de 20 de Dezembro de 1893. Na sua origem, reduzia-se a duas secções – uma de arqueologia e outra de etnografia – e anexava-se ao Museu de Antropologia da Comissão dos Serviços Geológicos, sito no Convento de Jesus, com a designação de Museu Etnográfico Português, substituída em 1897 (Decreto de 6 de Junho) pela designação mais alargada de Museu Etnológico Português. Data, pois, logo deste período inicial, a maturação da ideia de o transformar no museu da história do povo português que, em breve, Leite de Vasconcelos iria concretizar.

Inimigo declarado de museus sem plano coerente, constituídos por colecções díspares que só podem aceitar-se num período inicial ou “como tributo imbecil à tradição” (Vasconcelos, 1897, p. 279), desde logo procurou dotar este ainda incipiente núcleo de um programa e objectivo que, ao alargar-lhe a designação, definia nos seguintes termos: “Este Museu tem por fim contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as épocas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracte-

res do povo português”. Teve o cuidado de acrescentar que, em tal museu, “os objectos devem ser expostos de modo a ser surpreendido o seu significado e objectivo no conjunto”.

Quando, em 1900, conseguiu transferir o museu para o Mosteiro dos Jerónimos, onde pôde dispor de maiores espaços, ali o estruturou em correspondência com a abrangência da designação, sob as seguintes secções: Secção de Arqueologia, Secção de Etnografia Antiga e Moderna e Secção de Antropologia Antiga e Moderna. Nessa altura esclarece ainda ser o objectivo do museu “representar a parte material da vida do povo português, isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza” (Vasconcelos, 1895, p. 193). Sobre a estrutura e objectivo do museu ainda voltará a insistir e melhor esclarecer num artigo escrito em 1912. Nesse artigo, depois de citar vários museus locais ou regionais e museus especializados apenas num dos ramos do conhecimento abrangidos no museu que planeou, numa altura em que este já era bastante representativo em qualquer dos sectores, afirma pretender nele reunir “elementos materiais que concorram para o conhecimento total da vida do homem no nosso solo, desde o alvorecer da idade da pedra até ao presente: tipos físicos, trajos, indústrias, costumes, crenças, habitações, arranjo doméstico, gostos artísticos, folganças; a sobreposição das civilizações pré-romana, romana, visigótica, árabe, e posteriores”, acrescentando, como remate, “tudo o que defina caracteristicamente o nosso povo” (sublinhado nosso).

Finalmente, no *Regulamento do Museu Etnológico Português*, aprovado por Decreto de 11 de Junho de 1914 (Vasconcelos, 1915, p. 296-306), depois de enunciar o significado e objectivo do museu – “o Museu Etnológico Português destina-se a contribuir para o estudo das origens, carácter e evolução histórica do povo português, pela exposição permanente de objectos arqueológicos e etnográficos, e restos antropológicos, provenientes principalmente de Portugal” – estrutura a base em que o mesmo assenta, no seguinte esquema: “§ 1.ª – O Museu Etnológico Português constará das seguintes secções maiores (subdivisíveis noutras menores): a) De Arqueologia prehistórica, protohistórica e histórica. b) De Etnografia moderna (continental e insular). c) De Antropologia antiga e moderna.”

Acrescenta ainda que, a este esquema fundamental e *a latere*, poderão ser admitidas, no que respeita à secção arqueológica – para comparação e melhor compreensão – colecções congêneres estrangeiras; e, no que respeita à secção etnográfica, colecções de etnografia colonial resultantes do encontro dessas culturas com as nossas ou outros elementos que a tivessem influenciado.

No mesmo capítulo, no § 4, enumera os serviços de apoio com que o museu, já na altura, se encontrava equipado, certamente únicos a funcionar nestes termos entre os museus nacionais e, certamente ainda raros nos grandes museus contemporâneos da Europa: “a) Uma biblioteca especial das obras mais indispensáveis acerca dos assuntos do museu, constituída por compras, e por trocas com publicações dêste; b) Um gabinete de fotografia e de desenho; c) Uma oficina de preparação e concôrto dos objectos que disso necessitarem”.

O capítulo V dedica-o às publicações subordinadas ao museu, com realce para *O Arqueólogo Português*, seu órgão de divulgação principal que vinha sendo publicado com grande regularidade desde 1895, atribuindo ainda ao museu a faculdade de publicar catálogos “ou outras obras, com o fim de servir a

ciência e revigorar o gosto do público” acrescentando que todas estas publicações poderiam ser ilustradas.

É de realçar que *O Arqueólogo Português* é, ainda hoje, uma revista indispensável a todo o estudioso de Arqueologia; além dos artigos de temática deste âmbito inclui muitos outros do âmbito da Antropologia, Filologia e Etnografia, ainda que o grosso destes últimos fosse remetido para a *Revista Lusitana*, igualmente fundação sua de 1887.

Pelo exposto fica claro que o Museu Etnológico Português, ao arripio do que aconteceu com a maior parte dos grandes museus portugueses seus contemporâneos, não nasceu apenas com o fim de albergar colecções preexistentes, tantas vezes entrecruzando-se sem qualquer nexos. Nasce e desenvolve-se harmoniosamente, estruturado sobre um programa preestabelecido e um significado bem definido: ser o museu representativo da cultura portuguesa no sentido mais profundo e autêntico, conservada e transmitida através de objectos do quotidiano popular, com o objectivo ambicioso de fazer dele o museu da identidade do povo português.

É, pois, incompreensivelmente sobre este museu – apesar de a sua concepção global, do seu significado e até da oportunidade do seu objectivo, duplamente oportuno tratando-se de um país que, por factores naturais de origem e outros muitos conquistados, no decurso de uma longa história de nação independente, mas geograficamente integrada na grande família hispânica – é sobre este museu, insistimos, que vem recaindo uma concertada fúria demolidora que dura já há várias décadas. E isto passa-se entre nós quando, na vizinha Espanha, onde as várias nações que ela integra nunca recuperaram a independência, estamos a assistir ao nascimento de modernos museus regionais de história global com objectivos idênticos aos que animaram o Museu Etnológico Português há um século. Destacaremos para exemplificar, o Museu da Catalunha, inaugurado recentemente, e o velho Museu Arqueológico de Madrid renovado à custa das colecções mistas que tinha em depósito, transformando-se numa bela unidade museográfica globalizante, actualmente das mais conseguidas da capital do país vizinho.

E o que se passa em Espanha não tem, aliás, nada de surpreendente. Segue, afinal, o movimento que no sector da museologia se vem processando em toda a Europa e que também entre nós já conta com algumas louváveis iniciativas de âmbito municipal. Um pouco por toda a província têm surgido, nos últimos anos, museus regionais de história global, alguns dos quais verdadeiramente modelares. Lembro, a título de exemplo, os eco-museus do Seixal e de Mértola. O próprio Museu da Cidade de Lisboa, reestruturado a partir dos anos setenta, inclui-se também neste grupo, distinguindo-se daqueles por conter, por razões óbvias, uma vertente histórica mais acentuada. Ora, mais do que nunca, parece justificar-se a existência do Museu Etnológico Português na sua faceta de museu de história global a nível nacional, representando a referência centralizadora e unificadora desses pequenos museus regionais que já estão em gestação por todo o país.

Foi a partir da inauguração do Museu do Homem, quando da grande Exposição Internacional de Paris de 1937, tomado, muitas vezes, como paradigma e primeiro museu interdisciplinar de história global planificado, que se desenvolveu este tipo de museus; primeiro em França, principalmente sob o impulso do grande museólogo Georges Henri Rivière, responsável pelo plano e

programa do “Musée des Arts et Traditions Françaises”, inaugurado em Paris entre 1971 e 1972; e depois vários outros que sob a sua influência e dos seus colaboradores surgiram noutras partes da província, como a unidade museológica da Camarga e o Museu Regional da Bretanha, do Delfinado, etc. Concomitantemente por toda a Europa e fora dela, multiplicaram-se os museus regionais de história global e os eco-museus, seu complemento natural, constituídos por unidades dispersas, impondo todos a interdisciplinaridade na unidade do seu objectivo principal: a protecção do património e salvaguarda do ambiente e da identidade cultural das populações, ameaçada neste mundo em mudança em que cada vez se esbatem mais as fronteiras. Por este meio pretendem os povos precaver-se contra a massificação das culturas, único fundamento que passará a justificar a sobrevivência das nações como base de estados independentes, ou das autonomias dentro do mesmo estado.

O Museu Etnológico Português nunca foi um museu misto no que este termo guarda de carga negativa, aliás o tipo de museu corrente na época. Nasceu já como museu integrado, interdisciplinar, com programa e objectivos definidos, em tudo semelhantes aos dos actuais museus regionais de história global. Escutemos o que sobre esta necessária convergência de disciplinas nos museus deste tipo, que a uns olhos menos atentos ou deformados por uma especialização estreita, desfasada do contexto global de cultura, tem parecido uma confusa sobreposição indiscriminada, afirmou o museólogo Jean Favière, grande autoridade neste campo: “Ces tendances exigent que les barrières séparant traditionnellement les disciplines académiques soient abaissées. Impossible sans cela de construire une image correcte d’une entité, d’un groupe humain. Seuls les perspectives ethnologiques, l’archéologie et l’histoire, les arts, les techniques, la Nature, ne sauraient avoir de dimension humaine”¹.

Apesar da descaracterização por que tem passado o Museu Etnológico Português – actualmente transformado em simples galeria de exposições de âmbito arqueológico, algumas, sem dúvida, de grande qualidade e valor pedagógico – ainda estamos a tempo de salvar a obra ímpar do maior e mais sábio etnólogo português, pois as colecções reunidas por Leite de Vasconcelos e acrescentadas, no que respeita à secção arqueológica, pelos seus sucessores, permanecem no local na sua totalidade. Imprescindível torna-se, porém, em primeiro lugar, para o conseguir dispor de um espaço próprio e adequado.

Devo recordar que esta primeira e indispensável necessidade esteve à beira da concretização pelo menos por duas vezes. Uma delas nos finais dos anos cinquenta, tendo sido nomeada uma comissão de que fizeram parte, entre outros, o próprio director do museu, Manuel Heleno, e o Dr. Mário Chicó, museólogo culto e interessado que se debruçou com grande seriedade sobre o assunto, tornando-se num admirador entusiasta desta obra como ele próprio me confessou². Esta comissão chegou a apresentar um programa que deve andar perdido pelas

¹ Conferência pronunciada no Museu Nacional de Arte Antiga e publicada em 1989 pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM sob o título de *Museus da Europa. Evolução e novas tendências*.

² Como dissertação ao exame final do Curso de Conservadores Adjuntos dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, defendida em 4 de Agosto de 1955, apresentei um trabalho subordinado ao tema: *Anteprojecto para a Secção de Arqueologia do futuro Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos* (trabalho policopiado que se encontra no Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga).

secretarias dos ministérios. A esta seguiu-se uma outra tentativa nos princípios dos anos oitenta, sob a direcção do Dr. Francisco Alves, então director do museu, tendo também sido esboçado um plano³ e escolhido o local para o novo edifício.

Incompreensivelmente – ou não tanto – os projectos não vingaram. Neste país, onde os museus continuam a ser obra só possível com grande empenhamento dos que têm a missão ou chamam a si essa missão de os concretizar, julgo que, nem num caso nem noutro – e que me perdoem se estou a fazer juízos precipitados – existiu esse verdadeiro empenhamento.

É verdade que a secção de arqueologia pré-histórica e romana cresceu desmesuradamente em relação às restantes, não se justificando hoje a sua manutenção, na totalidade, dentro do plano do museu gizado por Leite de Vasconcelos, o que possibilita, à vontade, que, depois de seleccionadas as colecções, cuja exposição se adequa ao museu a construir, reconstituir, valorizar e actualizar, ainda sobre colecções suficientes para, com elas, dar início a um museu nacional de arqueologia.

Sei que continuo muito isolada neste combate para salvar o Museu Etnológico Português. Mas não me sentia bem com a minha consciência, como museóloga, desde há muito admiradora do plano, programa e objectivos daquele museu, tomados no sentido mais amplo, se ficasse indiferente, no momento presente, perante a necessidade que se vem tornando cada vez mais premente da construção de museus de história global, os verdadeiros guardiões da identidade dos povos e suas culturas, num mundo em que as fronteiras culturais se abatem em consequência dos progressos dos meios de comunicação e, no nosso caso particular, numa Europa onde desaparecem ou estão em vias de desaparecer as fronteiras alfandegárias e económicas.

Apesar do grande respeito que me merece o Museu Nacional de Etnologia, uma das mais prestigiadas realizações museológicas que nos últimos tempos surgiram em Portugal, igualmente com áreas e objectivos coerentes, o facto não justifica que a secção de etnografia do Museu Etnológico Português venha a ser incluída naquele museu, destruindo com esta medida a sua individualidade muito própria, pois as duas individualidades museológicas não coincidem, nem quanto às áreas nem quanto aos programas e objectivos. São duas entidades a coexistir perfeitamente no mesmo espaço territorial, sem que haja qualquer perigo de repetição.

Se tal proposta que julgo continuar a ameaçar-nos, se vier a concretizar e o destino da colecção de etnografia for o de ir engrossar a congénere já existente no Museu Nacional de Etnologia, é bom não esquecer que, para além da secção de arqueologia que constituirá sem dificuldade um museu autónomo, ainda sobrarão do desmantelado museu muitas outras colecções que não caberão nem num nem noutro museu. Só se justificam no Museu Etnológico Português – no seu sentido amplo de Museu da História do Povo Português – ou, simplesmente, Museu do Povo Português.

³ Na altura em que estava em andamento este projecto, o Dr. Rui Parreira apresentou este programa como trabalho de dissertação ao Curso de Conservadores de Museus, de que fui arguente. Permanece inédito no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Bibliografia

MOITA, I. (1959) – O plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa, 78.

VASCONCELOS, J. L. de (1895) – Museu Ethnográfico Português. *Revista Lusitana*. Lisboa. 3, p. 193.

VASCONCELOS, J. L. de (1897) – Museus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 279-280.

VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

de la información. El primer nivel de análisis es el de la información en sí misma, el segundo nivel es el de la información en el contexto de la actividad y el tercer nivel es el de la información en el contexto de la cultura. Este último nivel es el que se aborda en este artículo.

El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo. El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo.

El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo. El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo.

El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo. El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo.

El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo. El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo.

El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo. El tercer nivel de análisis es el de la información en el contexto de la cultura. Este nivel es el que se aborda en este artículo.

[1] Este artículo es una traducción del artículo publicado en la revista *Journal of Documentation*, vol. 57, no. 2, 2002, pp. 176-185. El artículo original se publicó en la revista *Journal of Documentation*, vol. 57, no. 2, 2002, pp. 176-185.